

## Construindo uma pedagogia democrática Building a democratic pedagogy

Juliana Burges Sbicigo  
mforster@portoweb.com.br

PACHECO, J. *et al.* 2004. *A Escola da Ponte: defender a escola pública*. Portugal, Profedições, 139 p.

Em um primeiro momento, a obra constitui-se a partir de testemunhos acerca do projeto que vem sendo desenvolvido na Escola da Ponte, situada na cidade do Porto, em Portugal, escritos por especialistas na área da Educação portuguesa, que dispuseram seu conhecimento acerca dessa experiência ímpar e sua solidariedade para com esta escola que vem sendo questionada pelo Ministério da Educação. Na segunda parte, encontramos uma síntese cronológica dos momentos inexoravelmente fundamentais à configuração atual da escola, que consistem em dados para uma futura memória do projeto, uma vez que se referem às problemáticas que foram se desenrolando no contexto escolar e, em virtude destas, inauguraram um novo pensar pedagógico e culminaram em dispositivos singulares, introduzidos nos diversos âmbitos das aprendizagens. Além disso, nesse segundo momento do livro, encontramos manifestos de apoio à causa, advindos de alianças firmadas, que se posicionaram em busca de seus direitos perante o Ministério da Educação, que, por sua vez, não cumpriu com suas promessas.

Os principais diálogos propostos pelos autores da primeira parte do livro consistem em apontar para a necessidade de debater e promover as escolas públicas, que não se mostram tão públicas assim, na medida em que os pais não dispõem da possibilidade de escolher a escola em que seu filho vai estudar. Há ênfase na necessidade de uma repolitização da educação em que se possa efetivar uma ruptura com os modelos de ensino tradicionais, baseados na regulação, no autoritarismo frente à indisciplina e na avaliação para anular a autonomia. Ruptura que venha a significar também um equilíbrio entre

a regulação estatal e a participação dos cidadãos e dos profissionais na construção de um bem comum local.

No âmbito da prática pedagógica, coloca-se o caráter fundamental da formação continuada dos professores no contexto escolar, o que viabiliza a ação e reflexão coletiva, que, por sua vez, vem a culminar em mudanças horizontalizadas.

João Barroso aponta para a necessidade de defender, debater e promover a escola pública, uma vez que esta se encontra ameaçada pela *mão invisível do mercado*; Maria Emília Brederode Santos discute sobre a construção da escola do futuro, fundada nos pressupostos da democracia; Rui Canário aborda a questão do desenvolvimento da Escola da Ponte, que se efetivou “apesar” das reformas do Ministério; Fernando Ilídio Ferreira enfatiza que é preciso repensar a escola e o sentido do trabalho escolar, embora ainda exista a descrença de que a escola não tem possibilidades de mudar; Isabel Menezes apresenta os resultados obtidos no decorrer do projeto *Fazer a Ponte*, ressaltando que o essencial na Escola da Ponte é constituir um espaço em que fazer perguntas e procurar ativamente soluções para os problemas com que a educação se confronta nestes dias seja possível; António Nóvoa aborda a questão da educação cívica de António Sérgio vista a partir da Escola da Ponte; Manuel Sarmiento discute a reinvenção do ofício de aluno, que em primeiro lugar deve ser visto como ser competente; Rui Trindade e Ariana Cosme discutem sobre a emergência da construção de uma escola pública e democrática. Finalmente, Teresa Vasconcelos defende a continuação do projeto para que se possa levá-lo a mais crianças, pais, professores e comunidade da escola da Ponte.

Segundo os autores, o projeto Fazer a Ponte se configura em uma experiência de desnaturalização do ambiente escolar, visto que propôs uma reinvenção do pedagógico, no instante em que encontrou formas de lidar com o heterogêneo. A autonomia dos professores é implícita, não outorgada e nem imposta; há gestão do tempo, do espaço e dos dispositivos de aprendizagem.

A intervenção sistêmica, ou seja, a abrangência da escola como um todo, rompendo com a tradicional organização das classes, consiste no traço mais distintivo da Escola da Ponte. Nesse local, todos se sentem bem, conhecem o seu papel, protagonizam um projeto comum que envolve toda a escola.

Além disso, aponta-se para a questão de que tudo o que a Escola da Ponte experienciou não consiste em soluções acabadas e prontas para serem exportadas, mas pode ser reconfigurado em outros contextos, nos quais existam outras variáveis que não podem ser determinadas.

A união das competências cognitivas e das dimensões afetivas na Escola da Ponte ficou evidente na avaliação que lá foi feita, através de exames nacionais, que mostraram resultados positivos.

José Pacheco nos “apresenta” a Escola da Ponte, primeiramente, a partir da concepção de um edifício-escola ou uma oficina de trabalho, como diria Freinet, que consiste em um espaço amplo e aberto, que articula, de forma dinâmica, o tempo e o espaço dos educandos, possibilitando a concretização dos objetivos do projeto, que se funda em uma pedagogia integradora do meio na escola e da escola na vida, aliando o saber e o saber fazer.

Na Escola da Ponte não existem aulas e nem salas de aula; todos os espaços estão à disposição de todos os alunos. As crianças não são distribuídas por espaços específicos, exceto nas situações de iniciação e transição. As crianças lêem e produzem escrita desde o primeiro dia na escola. Os docentes não planejam as aulas, pois os educandos têm seus próprios planos individuais, praticando a heurística da descoberta.

Toda a proposta pedagógica da escola funda-se na valorização das aprendizagens significativas numa perspectiva interdisciplinar e holística do conhecimento, estimulando a procura de soluções de problemas, de forma que o aluno trabalhe conceitos, reelaborando-os em estruturas cognitivas cada vez mais complexas; portanto, há uma significação psicológica e didática em todo esse processo.

A vivência na comunidade escolar tem um caráter formativo, veiculador de valores sociais e de normas por todos assumidos e elaborados com a participação de todos.

Na obra encontramos vários dispositivos introduzidos como prática pedagógica: debates, assembleias, quadros de direitos e deveres, caixa de segredo, grupos responsáveis, a imprescindível associação de pais, entre ou-

tros que constituem esse pequeno município escolar e que podem ser verificados em seu funcionamento, a partir das palavras do próprio diretor e impulsionador do projeto.

Nas últimas páginas do livro, aborda-se a questão de que o *Fazer a Ponte* visa à ampliação para nove anos de escolaridade, mas vem enfrentando obstáculos oriundos do Ministério da Educação, que pretende inviabilizar essa experiência de 27 anos com a sua extinção. Além disso, são explanadas as condições necessárias para um pleno desenvolvimento do projeto, como autonomia, instalações adequadas, constituição de equipe permanente de acompanhamento e avaliação do projeto, estabilização do corpo docente e alteração da atual designação da escola para “Escola Básica Integrada da Ponte”.

O conteúdo dessa obra possibilita ao leitor transgredir o discurso em que se funda toda a estrutura macropolítica instituída na área da Educação, que vem se configurando e reconfigurando dentro de uma mesma lógica de regulação, disciplinamento, autoritarismo, homogeneidade, submissões, etc., mesmo quando apresenta *soluções*, que, geralmente, não passam de paliativos que vêm “ao” encontro da raiz axiomática do mal-estar que se apresenta no âmbito escolar.

A obra é indubitavelmente necessária ao conhecimento dos profissionais do campo pedagógico, na medida em que é possível inaugurar um novo pensar acerca da legitimidade de suas práticas, na emergência de abandonar as tradicionais dicotomias naturalizadas na educação como disciplina/indisciplina e liberdade/licenciosidade, composições amplamente discutidas por Paulo Freire, que é um dos referenciais teóricos desse projeto; da mesma forma, consiste em uma leitura interessante para os leigos (pais, cidadãos em geral, etc.), uma vez que podem tomar conhecimento de que a escola pode vir a ser muito mais do que uma formadora de *gentes* para o mercado, criando dispositivos que auxiliam na construção de um sujeito – cidadão, com valores cívicos e solidários, resultantes da excelente aliança que se instaura quando os saberes da vida se colocam presentes no contexto escolar, instigando a curiosidade e a solução de problemas que vêm a se efetivar em conhecimento heurístico para as crianças.

Vejo a interferência do Ministério da Educação português como uma interceptação de um processo alternativo à Educação que pode futuramente culminar em uma ampla auto-gestão e desnaturalizar uma parcela ainda maior do exercício *do controle* enquanto órgão vetor do funcionamento da rede pública. Ademais, sua intenção de extinguir esse edifício escolar, ignorando os resultados favoráveis obtidos em exames nacionais, bem como as necessidades físicas (equipamentos) e as reivindicações no campo da gestão, torna evidente que as máqui-

nas públicas desejam continuar investindo para que os pais e as crianças prefiram “fugir” da escola. Aliás, nem isso é possível, uma vez que às famílias não é dado nem o direito de escolher o lugar em que seus filhos vão estudar; neste caso, não podem nem optar pela alternativa menos caótica; esse verdadeiro “contra-investimento” do Estado reside, obviamente, na preservação da escola privada.

Finalmente, ousaria pontuar que umas das estratégias que me parece viável diante dessa questão, que envolve uma rede de interesses e questões em diversas instâncias, é a tentativa de estabelecer efetivamente uma micropolítica na escola, visando à possibilidade de autogerir-se, elaborando um projeto que objetive, com a associação de pais e a comunidade como um todo, gerar dispositivos como cooperativas, por exemplo, bem como formar alianças com partidos da esquerda, que compartilhem do mesmo espírito democrático, para então conjecturar-se em uma frente mais consistente diante das imposições exteriores e consolidar sua autonomia.

Juliana Burges Sbicigo  
Graduada do Curso de Psicologia e bolsista de Iniciação Científica UNIBIC